

## ENERGIA ELÉTRICA

# Novas fontes consideradas para suprir alta da demanda

Plano nacional quer reduzir fatia de hidrelétricas na geração do Brasil

Carolina Eloy

Para suprir a expansão do consumo de energia, será necessário investimento na diversificação das formas de geração, afirmam especialistas. De toda a produção e demanda de eletricidade do país, 84,1% da matriz elétrica brasileira são formados por uma única fonte: hidrelétricas. Até 2030, o plano nacional de energia pretende reduzir para 75% esta participação.

Segundo o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura, a principal fonte nacional vai continuando a hidráulica, mas o objetivo do governo é ampliar a complementação de outras formas de geração, principalmente por biomassa.

— O Brasil tem potencial muito grande de expansão de hidrelétricas. Usamos cerca de 80 mil megawatts (MW) e devemos alcançar 180 mil MW até 2030. Precisamos aproveitar essa fonte, que dominamos a tecnologia, é renovável e tem custo competitivo — avalia.

Ventura destaca que novos projetos de usinas hidrelétricas e leilões de outras fontes estão previstos para atender ao aumento de demanda nacional por energia. “Belo Monte é mais um passo para responder ao crescimento do consumo”.

Por ano, a demanda nacional por energia cresce cerca de 3.500 MW. A Usina de Belo Monte tem potência de 4.500 MW médios de geração. Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, isso mostra que a hidrelétrica não é a solução para o crescimento do país, já que representa apenas um ano de elevação da demanda. Ele destaca que é preciso ampliar e diversificar as fontes, evitando a dependência de apenas uma.

— O desafio energético nacional é muito grande. É preciso comparar o valor real dos projetos, sem considerar os subsídios do governo — avalia Sales.

Para ele, o nivelamento do custo de cada sistema é essencial para ser escolhida a melhor fonte, levando em conta fatores sociais, ambientais e econômicos. “Outras formas de geração podem ser

mais caras, mas não sabemos ainda qual será o custo total de Belo Monte”, ressalta.

O custo final de Belo Monte, que pode chegar a R\$ 36 bilhões, segundo estimativas de mercado, incluindo R\$ 6 bilhões de desonerações do governo, viabiliza o investimento em outras fontes, ressalta Célio Bermann, coordenador do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (USP). “O alto valor desta hidrelétrica a aproxima do custo de usinas de energia eólica e de biomassa”.

Segundo dados dos últimos leilões nacionais, o valor de comercialização de energia de hidrelétrica (R\$ 77,97 MWh, no leilão de Belo Monte) fica abaixo do custo de fontes como eólica (R\$ 148,39 MWh, no único leilão de dezembro de 2009), térmica (até R\$ 145,23 MWh no último leilão em 2008) e biomassa (R\$ 144,60 MWh).

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Helder Queiroz defende a diversificação da matriz energética nacional, mas pondera que o país não pode deixar de lado a vantagem econômica da energia hidráulica. “Outras fontes têm custo muito alto, por isso é preciso aproveitar esta fonte natural que o Brasil tem”.

Uma solução para atender à demanda e diversificar as fontes, seria a instalação de térmicas perto dos centros de consumo, segundo Sales. Ele ressalta que a matriz elétrica nacional tem grande percentual de fontes renováveis e a construção de termelétricas não seria prejudicial ao meio ambiente. A construção de usinas de carvão na China chega a uma por semana, com potência de 1 mil MW médios. “Em quatro semanas, eles têm a mesma potência que o Brasil demanda por ano”, compara.

## Copom acirra divisão entre economistas

Desenvolvimentistas, aliados da Fazenda, defendem ajuste suave e criticam visão ortodoxa

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deve iniciar nesta semana um novo ciclo de altas da taxa básica (Selic), que tem tudo para acirrar a polarização entre economistas ortodoxos, mais ligados ao BC, e os desenvolvimentistas, cujo pensamento tende a coincidir com as posições do ministro da Fazenda, Guido Mantega, e seus assessores.

No mercado financeiro, o debate central é se o Copom, que se reúne na terça e quarta-feira, vai elevar a Selic, hoje em 8,75%, em 0,5 ou 0,75 ponto porcentual, o que a levaria a, respectivamente, 9,25% ou 9,5%. Pesquisa do AE Projeções, encerrada na sexta-feira, e que ouviu 66 instituições, mostra que todas preveem alta.

As projeções do mercado de aumentos totais da Selic em 2010 e 2011 variam de 2 a 5 pontos porcentuais ? neste segundo caso, a taxa básica chegaria a quase 14% em 2011. A projeção média do mercado é de uma inflação de 5,3% em 2010, acima do centro da meta de 4,5%. O aperto seria para levá-la de novo ao centro da meta ao longo de 2011.

Terrorismo inflacionário. Os economistas desenvolvimentistas (ou heterodoxos), porém, acham que o mercado exagera, e que defende os próprios ganhos quando prevê uma alta mais pronunciada da Selic. "O mercado sempre joga a previsão de inflação para cima, para criar esse clima de terrorismo inflacionário, e forçar a mão do BC a elevar a taxa; e, como a gente sabe, a tesouraria dos bancos ganha muito quando a taxa de juros sobe", diz José Luís Oreiro, economista da Universidade de Brasília.

Para Oreiro, o governo deveria, antes de iniciar a alta da Selic, retirar todos os estímulos à economia colocados em prática para combater os efeitos da crise. Defendendo um ajuste suave do ritmo de crescimento, ele nota que os depósitos compulsórios, reduzidos na turbulência, ainda não voltaram ao nível pré-crise, e que o governo anunciou que vai manter a redução do IPI para a construção civil.

Os desenvolvimentistas criticam a ideia de que o Copom deveria aumentar em 0,75 ponto a Selic para restaurar a credibilidade que teria sido arranhada pela manutenção da taxa em março. "Isso me parece uma maluquice, com apenas um trimestre de recuperação", diz Fernando Cardim, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Do outro lado do espectro de opiniões, o economista Márcio Garcia, da PUC-Rio, não tem dúvida de que o BC deveria aumentar a Selic em 0,75 ponto. "A inflação está aparecendo em qualquer indicador que se olhe, e isso está se refletindo nas perspectivas do mercado ? a melhor coisa que o BC pode fazer é mostrar um tacape bem grande agora, fazer três aumentos de 0,75 (consecutivos), e aí esperar para ver o que vai acontecer", ele diz.

## Discussão de fundo é sobre ritmo sustentável de crescimento

(Fernando Dantas)

Para economistas ortodoxos, expansão não-inflacionária é de 4% a 4,5%; heterodoxos acham que dá para crescer a 6%

Por trás do debate sobre a atuação do Banco Central para controlar a inflação, existe uma discussão sobre quanto o Brasil pode crescer sem pressionar os preços. No momento, a média da projeção de crescimento do mercado para 2010 está em 5,8%, mas o número está se movendo rapidamente para o intervalo entre 6% e 7%, que já é previsto por muitos analistas.

Para os economistas mais ortodoxos, a economia brasileira pode crescer entre 4% e 4,5% ao ano sem provocar pressões inflacionárias, e, na melhor das hipóteses, a 5%. Os desenvolvimentistas, porém, discordam dessa visão, e consideram que um crescimento sustentável perto de 6% é possível. Para isso, a redução do atual nível de crescimento brasileiro teria de ser muito mais suave, praticamente um ajuste fino.

"A questão é desacelerar de 6% a 7% ao ano para 5,5% a 6%", diz José Luís Oreiro, economista da Universidade de Brasília. Para Fernando Cardim, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) "é possível chegar a 6,5% esse ano sem explosão, e, para sustentar esse ritmo, depende de o crescimento ser voltado para o investimento, especialmente em infraestrutura".

Oreiro diz que o investimento cresce quando a demanda aumenta, e menciona a "lei Kaldor-Verdoorn (do nome de dois economistas)", segundo a qual existe uma relação empírica entre o aumento da produção industrial e o da produtividade na indústria e no resto a economia.

"Se a economia crescer, durante alguns períodos, acima do seu potencial, o que vai acontecer a médio prazo é que o crescimento do produto potencial sobe", diz Oreiro. Ele alerta, porém, que não se pode forçar demais, para evitar provocar muita inflação no curto prazo - assim, a tarefa do governo agora seria a de fazer um ajuste fino, e não dar uma fredda brusca.

Cardim, por sua vez, diz que, em períodos de otimismo e prosperidade, as empresas utilizam mais intensamente a capacidade instalada, o que também amplia o produto potencial.

Ortodoxos. A visão de economistas mais ortodoxos é muito diferente. Para José Márcio Camargo, da PUC-Rio e da gestora de recursos Opus, a economia, por causa da crise, de fato cresceu ocupando capacidade ociosa e sem causar

inflação até o fim de 2009.

A partir do início deste ano, porém, ele vê pressões inflacionárias vindo tanto do setor de serviços, no qual a inflação está próxima a 6% ao ano, quanto do mercado de trabalho, com uma baixa taxa de desemprego, salários crescendo acima da produtividade e o custo unitário do trabalho em alta. Camargo observa ainda que "em 2008, quando a taxa de desemprego bateu em níveis similares ao atual, as pressões inflacionárias vindas do custo unitário de trabalho começaram a aparecer fortemente".

Finalmente, ele lembra que o investimento, que aumenta quando a economia se acelera, representa no primeiro momento uma ampliação da demanda, isto é, leva a aquisições de equipamentos e materiais de construção, e à maior utilização da mão de obra. Apenas num momento subsequente o investimento aumenta a capacidade produtiva e ajuda a economia a crescer mais sem pressões inflacionárias.

Há uma visão consensual entre os economistas que a inflação acumulada em 12 meses só voltará ao centro da meta, de 4,5% em 2011. Fernando Rocha, sócio da JGP Investimentos, não descarta que o BC estenda o ajuste até 2012, embora ache mais provável que ele tente completar o trabalho em 2011

## **Brasil terá mais opções de energia (Carolina Eloy)**

De toda a produção e demanda de eletricidade do país, 84,1% da matriz brasileira são formados por uma única origem: hidrelétricas.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, a principal fonte nacional vai continuar sendo a hidráulica, mas o objetivo do governo é ampliar o uso de outras formas de geração.

Plano nacional quer reduzir fatia de hidrelétricas na geração do Brasil

Para suprir a expansão do consumo de energia, será necessário investimento na diversificação das formas de geração, afirmam especialistas. De toda a produção e demanda de eletricidade do país, 84,1% da matriz elétrica brasileira são formados por uma única fonte: hidrelétricas.

Até 2030, o plano nacional de energia pretende reduzir para 75% esta participação.

Segundo o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura, a principal fonte nacional vai continuar sendo a hidráulica, mas o objetivo do governo é ampliar a complementação de outras formas de geração, principalmente por biomassa.

– O Brasil tem potencial muito grande de expansão de hidrelétricas.

Usamos cerca de 80 mil megawatts (MW) e devemos alcançar 180 mil MW até 2030. Precisamos aproveitar essa fonte, que dominamos a tecnologia, é renovável e tem custo competitivo – avalia.

Ventura destaca que novos projetos de usinas hidrelétricas e leilões de outras fontes estão previstos para atender ao aumento de demanda nacional por energia. “Belo Monte é mais um passo para responder ao crescimento do consumo”.

Por ano, a demanda nacional por energia cresce cerca de 3.500 MW. A Usina de Belo Monte tem potência de 4.500 MW médios de geração. Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, isso mostra que a hidrelétrica não é a solução para o crescimento do país, já que representa apenas um ano de elevação da demanda. Ele destaca que é preciso ampliar e diversificar as fontes, evitando a dependência de apenas uma.

– O desafio energético nacional é muito grande. É preciso comparar o valor real dos projetos, sem considerar os subsídios do governo – avalia Sales.

Para ele, o nivelamento do custo de cada sistema é essencial para ser escolhida a melhor fonte, levando em conta fatores sociais, ambientais e econômicos. “Outras formas de geração podem ser mais caras, mas não sabemos ainda qual será o custo total de Belo Monte”, ressalta..

O custo final de Belo Monte, que pode chegar a R\$ 36 bilhões, segundo estimativas de mercado, incluindo R\$ 6 bilhões de desonerações do governo, viabiliza o investimento em outras fontes, ressalta Célio Bermann, coordenador do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (USP).

“O alto valor desta hidrelétrica a aproxima do custo de usinas de energia eólica e de biomassa”.

Segundo dados dos últimos leilões nacionais, o valor de comercialização de energia de hidrelétrica (R\$ 77,97 MWh, no leilão de Belo Monte) fica abaixo do custo de fontes como eólica (R\$ 148,39 MWh, no único leilão de dezembro de 2009), térmica (até R\$ 145,23 MWh no último leilão em 2008) e biomassa (R\$ 144,60 MWh).

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Helder Queiroz defende a diversificação da matriz energética nacional, mas pondera que o país não pode deixar de lado a vantagem econômica da energia hidráulica. “Outras fontes têm custo muito alto, por isso é preciso aproveitar esta fonte natural que o Brasil tem”.

Uma solução para atender à demanda e diversificar as fontes, seria a instalação de térmicas perto dos centros de consumo, segundo Sales. Ele ressalta que a matriz elétrica nacional tem grande percentual de fontes renováveis e a construção de termoelétricas não seria prejudicial ao meio ambiente. A construção de usinas de carvão na China chega a uma por semana, com potência de 1 mil MW médios.

“Em quatro semanas, eles têm a mesma potência que o Brasil demanda por ano”, compara.